



Apostas de quota fixa, regulação e Diretrizes de Jogo Responsável

Secretaria de Prêmios e Apostas - MF

Brasília, 11 de novembro de 2025

Contextualização

- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018
 - Art. 29 – modalidade lotérica de aposta de quota fixa
 - eventos reais de temática esportiva

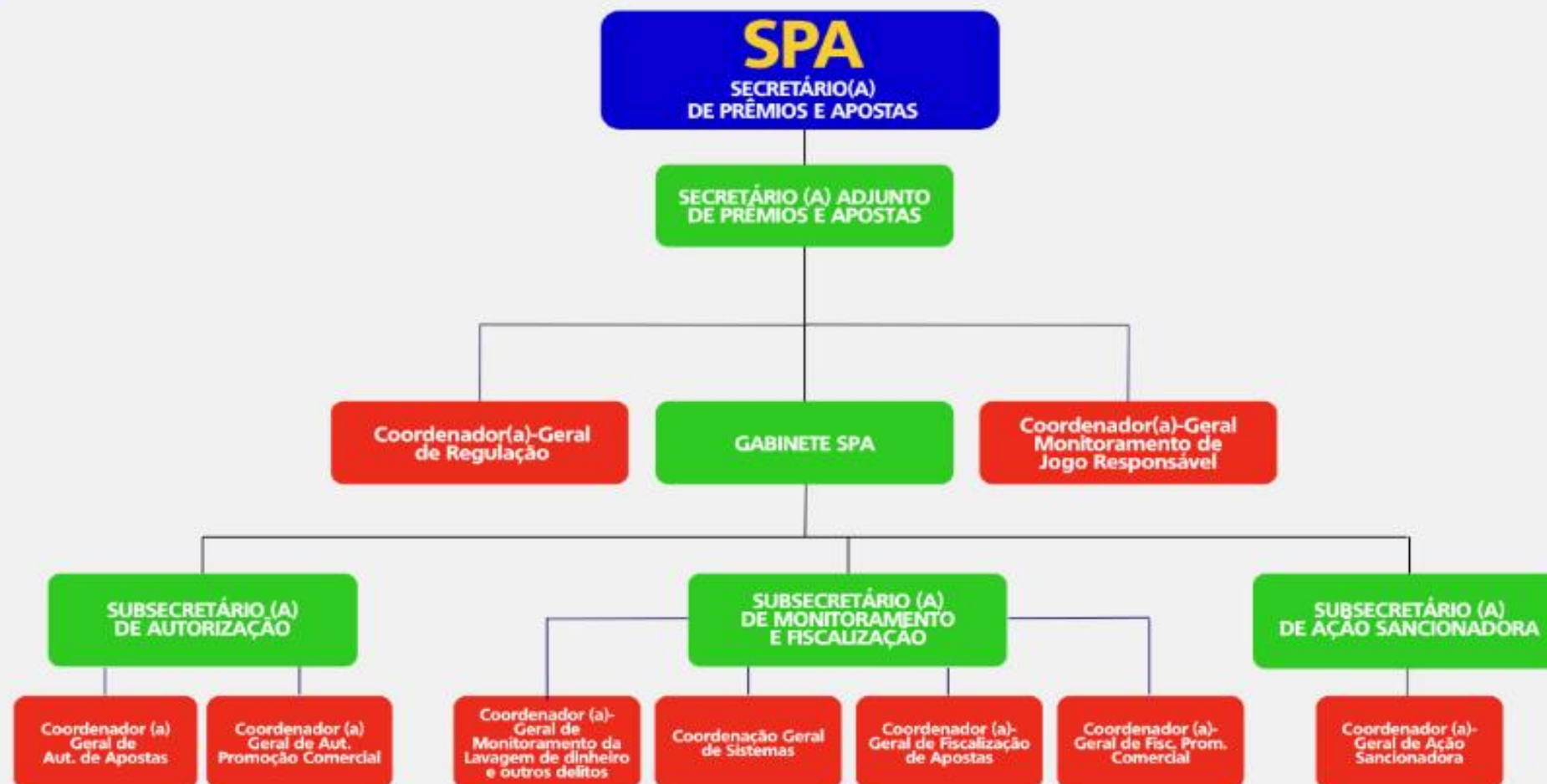
sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

- Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023

Art. 3º As apostas de quota fixa de que trata esta Lei poderão ter por objeto:

- I - eventos reais de temática esportiva; ou
- II - eventos virtuais de jogos on-line.

Organograma SPA



Regulamentação

- **PORTARIA SPA/MF nº 561, de 8 de abril de 2024**
 - 11 temas e 10 Portarias
 - Até julho de 2024
- **PORTARIA SPA/MF Nº 827, DE 21 DE MAIO DE 2024**
- art. 23, estipulou que os agentes que enviassem pedido de autorização no prazo de 90 dias da sua publicação teriam seus pedidos analisados até dia 31 de dezembro de 2024.

Portarias SPA

- Portaria SPA/MF nº 561, 8 de abril de 2024 – Política regulatória e a agenda regulatória
- Portaria SPA/MF nº 615, 16 de abril de 2024 – Transações de pagamento
- Portaria SPA/MF nº 722, 2 de maio de 2024 – Sistemas de apostas e de fornecimento de dados para o Sigap
- Portaria SPA/MF nº 827, 21 de maio de 2024 – Autorização
- Portaria SPA/MF nº 1.143, 11 de julho de 2024 – Políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

Portarias SPA

- Portaria SPA/MF nº 1.207, 29 de julho de 2024 – Requisitos técnicos para funcionamento e homologação dos jogos on-line e estúdios de jogos ao vivo
- Portaria SPA/MF nº 1.212, 30 de julho de 2024 – Pagamento das destinações sociais (§ 1º-A do artigo 30 da Lei nº 13.756/2018)
- Portaria SPA/MF nº 1.225, 31 de julho de 2024 – Monitoramento e a fiscalização
- Portaria SPA/MF nº 1.231, 31 de julho de 2024 – Jogo responsável e ações de comunicação e marketing, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores.
- Portaria SPA/MF nº 1.233, 31 de julho de 2024 – Regime sancionador

LEI Nº 14.790/2023

Art. 3º As apostas de quota fixa de que trata esta Lei poderão ter por objeto:

I - eventos reais de temática esportiva; ou

II - eventos virtuais de jogos on-line.

*Parágrafo único. Não poderão ser objeto das apostas de que trata o **caput** deste artigo os eventos esportivos que envolvam as categorias de base ou eventos que envolvam exclusivamente atletas menores de idade em qualquer modalidade esportiva.”*

Destaca-se: Serviço Público

Relação de Consumo

LEI Nº 14.790/2023 - IMPEDIDOS

Art. 26. É vedada a participação, direta ou indireta, inclusive por interposta pessoa, na condição de apostador, de:

I - menor de 18 (dezoito) anos de idade;

II - proprietário, administrador, diretor, pessoa com influência significativa, gerente ou funcionário do agente operador;

III - agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação, ao controle e à fiscalização da atividade no âmbito do ente federativo em cujo quadro de pessoal exerça suas competências;

IV - pessoa que tenha ou possa ter acesso aos sistemas informatizados de loteria de apostas de quota fixa;

V - pessoa que tenha ou possa ter qualquer influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto de loteria de apostas de quota fixa, incluídos:

a) pessoa que exerça cargo de dirigente desportivo, técnico desportivo, treinador e integrante de comissão técnica;

b) árbitro de modalidade desportiva, assistente de árbitro de modalidade desportiva, ou equivalente, empresário desportivo, agente ou procurador de atletas e de técnicos, técnico ou membro de comissão técnica;

c) membro de órgão de administração ou de fiscalização de entidade de administração de organizadora de competição ou de prova desportiva;

d) atleta participante de competições organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Esporte;

VI - pessoa diagnosticada com ludopatia, por laudo de profissional de saúde mental habilitado; e

VII - outras pessoas previstas na regulamentação do Ministério da Fazenda.



LEI Nº 14.790/2023 -

Seção II

Da Publicidade e da Propaganda

Art. 16. As ações de comunicação, de publicidade e de **marketing** da loteria de apostas de quota fixa observarão a regulamentação do Ministério da Fazenda, **incentivada a autorregulação**.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata o **caput** deste artigo disporá, pelo menos, sobre:

- I - os **avisos de desestímulo ao jogo** e de **advertência sobre seus malefícios** que deverão ser veiculados pelos agentes operadores;
- II - outras ações informativas de **conscientização** dos apostadores e de **prevenção do transtorno do jogo patológico**, bem como da proibição de participação de **menores de 18 (dezoito) anos**, especialmente por meio da elaboração de código de conduta e da difusão de boas práticas; e
- III - a destinação da publicidade e da propaganda das apostas ao público adulto, de modo a não ter crianças e adolescentes como público-alvo.



LEI Nº 14.790/2023 - VEDAÇÕES

Art. 17. Sem prejuízo do disposto na regulamentação do Ministério da Fazenda, é vedado ao agente operador de apostas de quota fixa veicular publicidade ou propaganda comercial que:

- I - tenha por objeto ou finalidade a divulgação de marca, de símbolo ou de denominação de pessoas jurídicas ou naturais, ou dos canais eletrônicos ou virtuais por elas utilizados, **que não possuam a prévia autorização exigida por esta Lei**;
 - II - **veiculem afirmações infundadas sobre as probabilidades de ganhar ou os possíveis ganhos que os apostadores podem esperar**;
 - III - apresentem a **aposta como socialmente atraente ou contenham afirmações de personalidades conhecidas ou de celebridades que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social**;
 - IV - sugiram ou deem margem para que se entenda que a aposta **pode constituir alternativa ao emprego, solução para problemas financeiros, fonte de renda adicional ou forma de investimento financeiro**;
 - V - contribuam, de algum modo, **para ofender crenças culturais ou tradições do País**, especialmente aquelas contrárias à aposta;
 - VI - **promovam o marketing em escolas e universidades ou promovam apostas esportivas dirigidas a menores de idade**.
- § 1º É vedado realizar qualquer tipo de publicidade ou propaganda em meios de comunicação, físicos ou virtuais, sem o aviso de classificação indicativa da faixa etária direcionada, conforme disposto na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º As empresas divulgadoras de publicidade ou de propaganda, incluídos provedores de aplicação de internet, deverão proceder à exclusão das divulgações e das campanhas irregulares após notificação do Ministério da Fazenda.

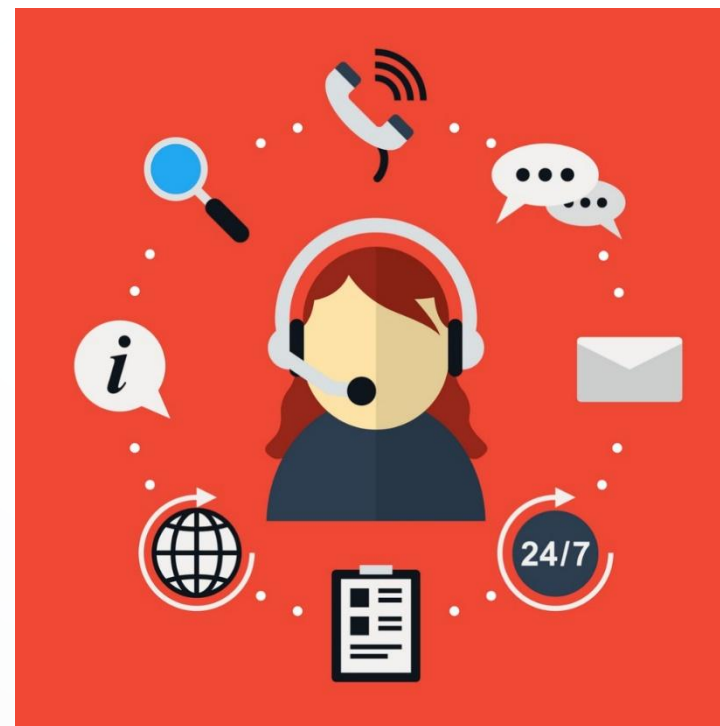


LEI Nº 14.790/2023 - CANAIS

Art. 15. Os canais eletrônicos e os estabelecimentos físicos, quando autorizados, que forem utilizados pelo agente operador deverão exibir, em local de fácil visualização:

(...)

IV - o número de telefone e o endereço de correio eletrônico de contato do serviço de atendimento ao consumidor e da ouvidoria do agente operador.



LEI Nº 14.790/2023 – DIREITOS BÁSICOS

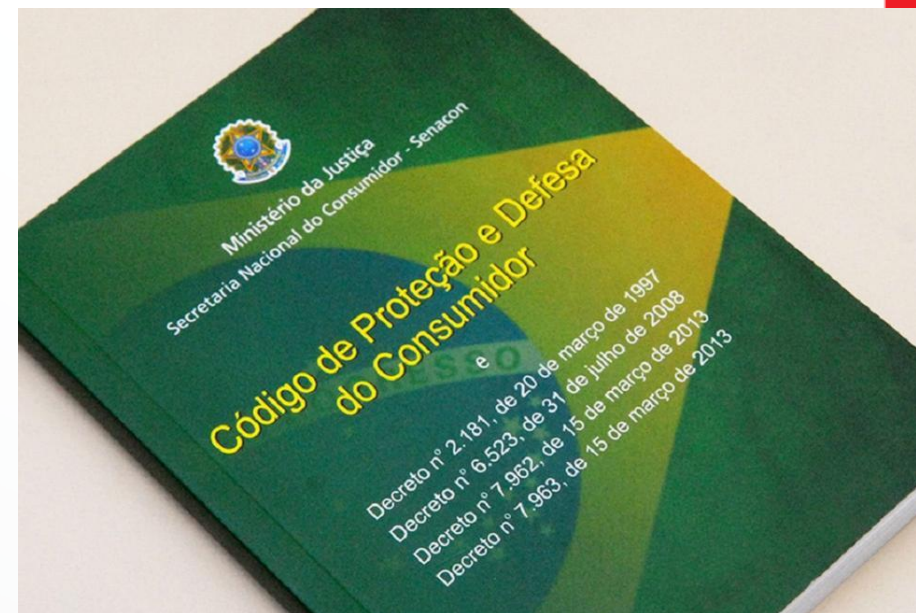
Seção II

Dos Direitos Básicos

Art. 27. São assegurados aos apostadores todos os direitos dos consumidores previstos na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

§ 1º Além daqueles previstos no [art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor), constituem direitos básicos dos apostadores:

- I - a informação e a orientação adequadas e claras acerca das regras e das formas de utilização de recintos, equipamentos, sistemas e canais eletrônicos das apostas;
- II - a informação e a orientação adequadas e claras sobre as condições e os requisitos [para acerto de prognóstico lotérico e aferição do prêmio](#), vedada a utilização de escrita dúbia, abreviada ou genérica no curso de efetivação da aposta;
- III - a informação e a orientação adequadas e claras quanto aos [riscos de perda dos valores das apostas e aos transtornos de jogo patológico](#); e
- IV - a proteção dos dados pessoais conforme o disposto na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).



PORTARIA SPA/MF Nº 1.231, 31/07/2024.

Estabelece regras e diretrizes para o jogo responsável e para as ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes operadores, a serem observados na exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa.



PORTARIA SPA/MF Nº 1.231, 31/07/2024.



Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - jogo responsável: o conjunto de regras, práticas e atividades voltadas, no contexto da modalidade lotérica aposta de quota fixa, à garantia da:

*a) exploração econômica, **promoção e publicidade saudável e socialmente responsável desta modalidade;** e*

*b) **prevenção e mitigação de malefícios individuais ou coletivos decorrentes da atividade, incluindo:***

1. consequências negativas à saúde mental do apostador em virtude de dependência, compulsão, mania ou qualquer transtorno associado ao jogo ou apostas, tais como o jogo patológico ou abusivo;

2. consequências negativas à saúde física do apostador;

3. violações de direitos do consumidor, especialmente associados a problemas financeiros, de endividamento e de superendividamento; e

4. problemas sociais

PORTARIA SPA/MF Nº 1.231, 31/07/2024.

Seção I - Dos Deveres do Agente Operador de Apostas para Garantia do Jogo Responsável

Art. 3º Para fins de implementação do jogo responsável, o agente operador de apostas deverá:

I - atuar com diligência na estruturação de seu sistema de apostas, de toda ação de **publicidade, propaganda e de marketing, bem como de seus canais físicos ou eletrônicos**, a fim de:

- a) respeitar os preceitos do jogo responsável;
- b) prevenir a dependência e transtornos do jogo patológico;** e
- c) garantir a observância da proibição de apostas por crianças e adolescentes;

II - promover a conscientização sobre os riscos de dependência, de transtornos do jogo patológico e sobre a proibição de jogo por crianças e adolescentes mediante a:

- a) colaboração com **campanhas educativas** do setor destinadas à sociedade em geral e aos grupos em risco de dependência e de transtornos do jogo patológico; e
- b) realização de **ações e de campanhas educativas próprias** com seu público consumidor em potencial;

III - manter comunicação sistemática com os apostadores cadastrados, segundo sua política de jogo responsável, alertando sobre jogo responsável, riscos de dependência e de transtornos do jogo patológico, formas de prevenção e alternativas de tratamento; e

IV - elaborar a política de jogo responsável e garantir que ela reflita de maneira fidedigna o funcionamento real de seu sistema de apostas. (grifo nosso)



PORTARIA Nº 1.231 – DEVERES DAS BETS

Art. 4º No sistema de apostas, para fins de implementação do jogo responsável, o agente operador de apostas deverá:

I - informar ao apostador, no momento do cadastro, assim como no momento do acesso ao sistema de apostas, quanto aos **riscos de dependência**, de **transtornos do jogo patológico** e de **perda dos valores das apostas**;

II - informar o **retorno teórico** ao jogador de cada jogo on-line disponibilizado no sistema de apostas;

III - orientar sobre **sinais de alerta** para autovigilância quanto ao **risco de dependência** e de **transtornos do jogo patológico**;



PORTARIA Nº 1.231 – DEVERES DAS BETS

Art. 4º No sistema de apostas, para fins de implementação do jogo responsável, o agente operador de apostas deverá:

IV - possibilitar aos apostadores a:

- a) adoção de **limite prudencial** de aposta por tempo transcorrido, perda financeira, valor total depositado ou quantidade de apostas, com a possibilidade de vincular tais **limites** a períodos diário, semanal, mensal ou outros períodos;
- b) opção pela programação, no sistema de apostas, de **alertas** ou de **bloqueios de uso**, conforme o tempo transcorrido na sessão do apostador;
- c) adoção de **períodos de pausa**, nos quais o apostador terá acesso, mas não poderá apostar em sua conta; e
- d) solicitação de **autoexclusão**, por prazo determinado ou indeterminado, em que o apostador terá sua conta encerrada, só podendo voltar a registrar-se após finalizado o período definido;
- e) **solicitar a autoexclusão centralizada, por prazo determinado ou indeterminado, por meio de link para a plataforma mantida pela Secretaria de Prêmios e Apostas, que deverá estar disponível no sistema de apostas de forma clara e com destaque.**



PORTARIA Nº 1.231 - DEVERES DAS BETS

V - garantir **mecanismo de autoexclusão** no sistema de apostas, por prazo determinado ou indeterminado;

VI - **acompanhar o comportamento de apostadores** quanto ao risco de dependência e de transtornos do jogo patológico;

VII - **sugerir**, independentemente de solicitação, **a adoção de limites prudenciais associados a alertas ou bloqueios**, a **realização de autoteste** ou a adoção de mecanismo de autoexclusão a todos apostadores e usuários da plataforma, **de acordo com a classificação de perfil** constante em sua política de jogo responsável;

VIII - **suspender o uso do sistema de apostas pelos apostadores em risco alto de dependência e de transtornos do jogo patológico**, conforme sua política de jogo responsável;



PORTARIA Nº 1.231 - DEVERES DAS BETS

IX - disponibilizar, de forma clara e acessível, **seção específica de "jogo responsável"** no sistema de apostas, com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) orientações sobre como apostar de forma responsável e sobre **riscos associados às apostas, inclusive de dependência**, de transtornos do jogo patológico e de outros problemas associados aos jogos;
- b) oferecimento de questionário de **autoavaliação sobre riscos associados às apostas, inclusive de dependência, de transtornos do jogo patológico e de outros problemas associados aos jogos**;
- c) **indicação de "sinais de alerta"** para autovigilância quanto ao risco de dependência e de transtornos do jogo patológico;
- d) instruções claras para acesso do apostador **a mecanismos preventivos de dependência e de transtornos do jogo patológico**, a seu histórico e a sua situação atual no sítio eletrônico quanto a tempo e valores gastos em apostas; e
- e) **informações e canais de proteção do apostador**;



PORTARIA Nº 1.231 – DEVERES DAS BETS

X - manter painel de informação permanente de fácil acesso, com dados da conta gráfica, detalhando **o tempo de uso do sistema, perdas financeiras incorridas** e saldo financeiro disponível;

XI - implementar **alertas de tempo de atividade dos apostadores**, segundo critérios e periodicidade definidos em sua política de jogo responsável;

XII - **indicar os canais de atendimento e de ouvidoria para os apostadores, que devem ser acessíveis pela internet, inclusive para orientar apostadores com risco de dependência e de transtornos do jogo patológico e seus familiares quanto à obtenção de ajuda e tratamento;**

XIII - garantir, no caso da modalidade física, **os canais de atendimento e de ouvidoria também de forma presencial;**

XIV - disponibilizar, em caso de modalidade física, as informações sobre o jogo responsável nos estabelecimentos do agente operador de apostas de forma visual e de fácil leitura; e

XV - abster-se de firmar parceria, convênio, contrato ou qualquer outra forma de arranjo ou ajuste negocial **para viabilizar ou facilitar o acesso a crédito** ou a operação de fomento mercantil por parte de apostador.

XVI - exigir do apostador, no momento do cadastro, a adoção de limites prudenciais de aposta por perda financeira e tempo transcorrido, vinculando tais limites a períodos diário, semanal, mensal ou outros períodos. (grifo nosso)



PORTARIA Nº 1.231 – POLÍTICA DE JR

Art. 5º O agente operador de apostas deverá manter política de jogo responsável, que preveja:

I - ações e campanhas educativas;

II - política de comunicação com o apostador sobre jogo responsável, incluindo informação sobre a periodicidade da comunicação;

III - ferramentas analíticas e metodologia de classificação e análise de dados para acompanhar e avaliar os perfis de risco de dependência de apostadores, de transtornos do jogo patológico e de outros problemas associados ao jogo;

IV - regras e canais de uso dos mecanismos de prevenção de dependência de apostadores e de transtornos do jogo patológico; e

V - formas de atendimento a apostadores que necessitem de ajuda relacionada à dependência e aos transtornos do jogo patológico. (grifo nosso)



PORTARIA Nº 1.231 – CAPACITAÇÃO

Art. 6º Na estruturação de suas políticas corporativas internas, **os agentes operadores devem instruir e capacitar:**

I - seus colaboradores, inclusive terceirizados, que interajam diretamente com os apostadores, para garantir que compreendam os problemas associados à dependência e aos transtornos do jogo patológico e saibam como orientar os apostadores quanto à temática; e

II - seus sócios, dirigentes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, para que conheçam os preceitos do jogo responsável, particularmente **quanto às externalidades negativas individuais e coletivas da atividade**, e para que zelem por uma exploração econômica socialmente responsável e ética. (grifo nosso)



PORTARIA Nº 1.231 – PROIBIDO O ENVIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO

Art. 11. Os agentes operadores de apostas, em quaisquer ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing, inclusive se veiculadas em outros provedores de aplicações, contratadas de afiliados ou incluídas em seus próprios sítios eletrônicos e aplicações, devem:

(...)

VII - abster-se de **encaminhar material publicitário a apostadores que tenham solicitado sua autoexclusão e aos excluídos por decisão judicial.** (grifo nosso)



PORTARIA Nº 1.231 – DA VEDAÇÃO DE PUBLICIDADE

CAPÍTULO III - DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA E DE MARKETING DA LOTERIA DE APOSTAS DE QUOTA FIXA

Seção I - Das Diretrizes e das Regras para Comunicação, Publicidade e Propaganda e Marketing de Agente Operador de Apostas

(...)

"Art. 12. São **vedadas** as ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing de loteria de apostas de quota fixa que:

(...)

IX - sejam veiculadas em locais:

(...)

b) destinados a todos os níveis de ensino; e

c) outros destinados à frequência de pessoas menores de dezoito anos;

(...)

XV - incluam a participação de pessoa que tenha ou que pareça ter menos de dezoito anos;

XVI - sejam dirigidas a crianças ou adolescentes ou que tenham esse público como seu público-alvo;

XVII - sejam veiculadas em meios de comunicação ou em programas onde pessoas menores de dezoito anos constituam a principal audiência ou em sítio eletrônico com perfil de audiência de menores de dezoito anos;

XVIII - utilizem imagens de crianças e de adolescentes ou elementos particularmente apelativos para os menores de dezoito anos; e

XIX - associem apostas a atividades culturais de crianças e adolescentes.



PORTARIA Nº 1.231 - DA VEDAÇÃO DE PUBLICIDADE

Art. 13. Toda ação de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing por parte dos agentes operadores de apostas, incluindo qualquer tipo de peça, de material ou de inserção, inclusive em ambiente digital, deve exibir as seguintes **cláusulas de advertência**:

I - de restrição etária, com símbolo "18+" ou aviso "proibido para menores de 18 anos"; e

II - **sobre os riscos associados de dependência e de transtornos do jogo patológico.**

§1º **As cláusulas de advertência** devem ser claras, legíveis e proporcionais ao restante da ação de comunicação e de publicidade e **ter um mínimo de 10% (dez por cento) do comprimento ou tamanho do anúncio, dependendo do tipo de mídia.**

§2º As cláusulas de advertência devem, quando possível em função das características da ação de comunicação, ser veiculadas em formato falado e escrito.

§3º As cláusulas de advertência devem constar:

I - dos bilhetes impressos de que trata o art. 14, inciso II, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023; e

II - dos sítios eletrônicos e dos aplicativos do agente operador de apostas, na página de abertura e de forma legível.



PORTARIA Nº 1.231 - INFLUENCERS

Seção V - Das Ações de Publicidade dos **Afiados** aos Agentes Operadores

Art. 21. **Os agentes operadores de apostas são responsáveis solidários** pelas ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing realizadas pelos afiliados.

Parágrafo único. Os agentes operadores de apostas e os seus afiliados deverão observar todas as disposições legais e regulamentares relativas à publicidade, sujeitando-se às penalidades previstas na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e **na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.**



PORTARIA Nº 1.231 - INFLUENCERS

Art. 22. As ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing realizadas por afiliados são consideradas integrantes das ações do agente operador de apostas, cabendo a estes obrigatoriamente:

I - **garantir observância, por parte de seus afiliados**, da legislação, da regulamentação e das boas práticas autorregulatórias relacionadas à modalidade lotérica de apostas de quota fixa; e

II - firmar contratos por escrito, com seus afiliados, em língua portuguesa, que especifiquem, de maneira expressa:

a) a admissão ou não da possibilidade de subcontratação, hipótese em que a responsabilidade do agente operador não pode ser afastada;

b) **o dever dos afiliados de cumprimento das regras legais, regulamentares e de autorregulação de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing**; e

c) os critérios de compensação dos afiliados.

Parágrafo único. Os agentes operadores de apostas deverão manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda os contratos de que trata o inciso II do caput.



FRASES DO CONAR – ANEXO X

a. Jogue com responsabilidade.

b. Apostas são atividades com riscos de perdas financeiras.

c. Apostar pode levar à perda de dinheiro.

d. As chances são de que você está prestes a perder.

e. Aposta não é investimento.

f. Apostar pode causar dependência.

g. Apostas esportivas: pratique o jogo seguro.

i. Apostar não deixa ninguém rico.

j. Saiba quando apostar e quando parar.

h. Aposta é assunto para adultos.



CONAR - ANEXO X

j. as publicidades de apostas *não devem ser reproduzidas em materiais comerciais de divulgação, como roupas, equipamentos ou produtos destinados ao uso específico por crianças e adolescentes.*



PORTARIA Nº 1.231/2024 – DIREITOS DO APOSTADOR

Art. 23. São direitos do apostador:

VI - ter acesso ao **histórico de sua movimentação financeira** junto ao agente operador de apostas, com a informação sobre aportes e retiradas de recursos financeiros, dos valores das apostas realizadas e dos prêmios recebidos;

VII - **encerrar sua conta** no sistema de apostas de forma simplificada, **inclusive nos casos de autoexclusão**;

VIII - optar livremente entre as **possibilidades de alertas**, de **períodos de pausa** e de **autoexclusão**;

IX - ser informado, de forma clara e objetiva sobre as regras de uso do serviço, principalmente quando tiverem **relação com o aporte** e **retirada de recursos financeiros**; e

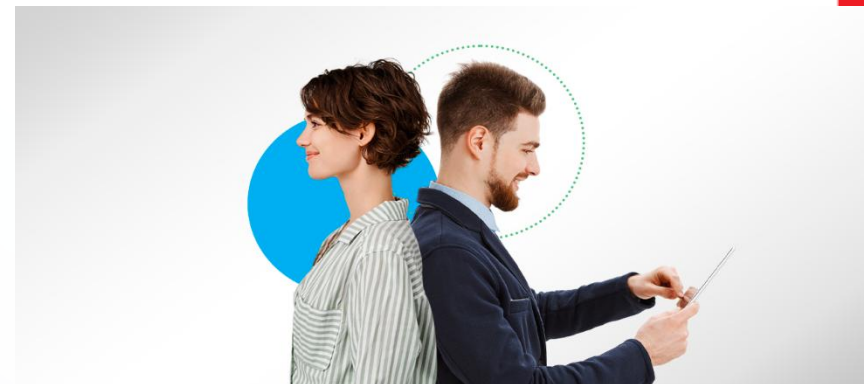
X - **retirar seu saldo financeiro** disponível mantido na conta transacional, com registro na conta gráfica, sem restrição por parte do agente operador de apostas.



PORTARIA Nº 1.231/2024 – DIREITOS DO APOSTADOR

XII - solicitar a autoexclusão centralizada, por prazo determinado ou indeterminado:

- a) por meio da plataforma mantida pela Secretaria de Prêmios e Apostas; ou
- b) por meio de link para a plataforma mantida pela Secretaria de Prêmios e Apostas, disponível no sistema de apostas do agente operador de apostas."



PORTARIA Nº 1.231 – DIREITOS DO APOSTADOR

Art. 23. São direitos do apostador:

§ 1º Os direitos do apostador de que tratam os incisos I e II do caput não excluem a prerrogativa do agente operador de apostas de recusar, de restringir ou de limitar apostas para o cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes, conforme previsto em sua política de jogo responsável.

(...)



PORTARIA Nº 1.231 - DEVERES DAS BETS

Art. 28. São deveres do agente operador de apostas, sem prejuízo dos demais deveres legais e regulamentares vigentes:

(...)

XVI - **verificar a identidade do apostador durante a realização do seu cadastro e implementar meios que impeçam o registro das pessoas impedidas de apostar** de que trata o art. 26 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023;

XVII - prestar informação sobre as proibições em relação à realização de jogos e apostas;

XVIII - manter válida a documentação que fundamentou a aprovação de sua autorização, nos termos da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024;

XIX - abster-se de contratar responsável, diretor, gerente, supervisor, técnico ou qualquer outro integrante da equipe responsável pelas validações para certificação da conformidade dos seus sistemas de apostas e de informações nos doze meses posteriores à avaliação;



PORTARIA Nº 1.231 – RECONHECIMENTO FACIAL

Art. 31. O cadastro do usuário da plataforma ou apostador deverá conter as seguintes informações:

- I - nome completo;
- II - nacionalidade;
- III - número do cadastro de Pessoa Física - CPF;
- IV - data de nascimento;
- V - identificação do gênero do apostador;
- VI - endereço completo, que não pode ser caixa postal;
- VII - país de domicílio;
- VIII - número de telefone
- IX - e-mail;
- X - dados das contas de depósito ou de pagamento pré-pagas cadastradas;
- XI - limite prudencial de aposta por tempo transcorrido, vinculando a períodos diários, semanal, mensal ou outros períodos;**
- XII - limite prudencial de aposta por perda financeira, vinculando a períodos diários, semanal, mensal ou outros períodos;**
- XIII - endereço de IP registrado no momento do cadastramento; e
- XIV - cópia digitalizada de documento válido de identificação com foto.

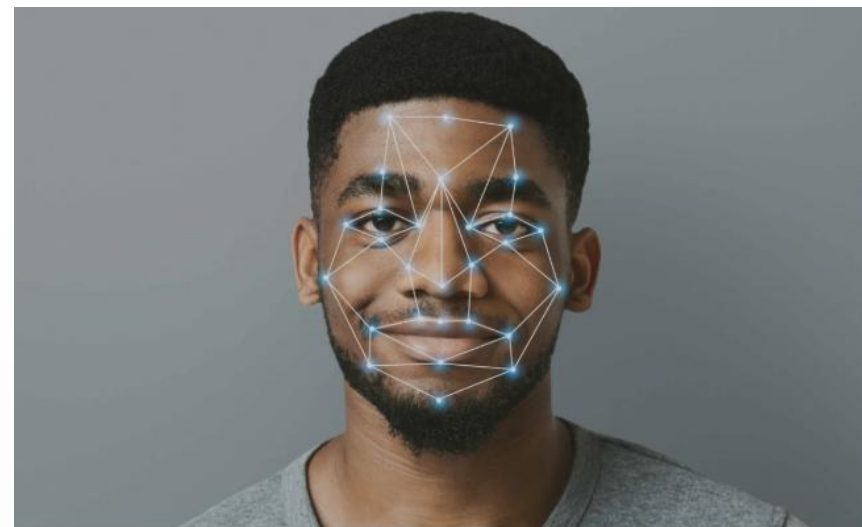
§ 1º O e-mail e o número de telefone indicados devem permitir o contato e a comunicação entre o agente operador de apostas e o apostador de forma direta e eficaz, devendo ser verificados pelo agente operador de apostas e validados pelo apostador.

§ 2º Para fins do disposto no inciso XI do caput, serão admitidos os seguintes documentos de identificação do apostador:

- I - Carteira de Identidade Nacional;
- II - Registro Geral - RG;
- III - Carteira Nacional de Habilitação - CNH; ou
- IV - Passaporte.

§ 3º Para fins de autenticação do apostador, deverão ser cadastrados, necessariamente:

- I - reconhecimento facial, com prova de vida; e**
- II - senha alfanumérica com caracteres especiais.



Medidas - Jogo responsável

- ❑ **Exigência de responsabilidade social:** Os operadores de jogos devem adotar medidas para prevenir o jogo excessivo e garantir que os participantes estejam cientes dos riscos envolvidos.
- ❑ **Proteção dos jogadores vulneráveis:** Devem ser implementadas políticas para identificar e proteger jogadores com comportamentos problemáticos, oferecendo suporte adequado.
- ❑ **Transparência e informação:** Os sites e plataformas de apostas devem fornecer informações claras sobre as probabilidades, os riscos de vício e os mecanismos de autoexclusão.

Ferramentas

- Proibição a menores de 18 anos
 - Como apostadores (art. 26 da Lei. 14.790/2023)
 - Em evento objeto de aposta (art. 2º, VII)
 - Marketing (Art. 17)
- Procedimentos de identificação que permitam verificar a validade da identidade dos apostadores, exigida a utilização da tecnologia de identificação e reconhecimento facial (art. 23 da Lei n. 14.790/2023)
- Aporte e retirada de recursos somente por conta cadastrada (art. 3º da Portaria 615/2024)
- Proibição do uso de cartão de crédito ou quaisquer outros instrumentos de pagamento pós-pagos (art. 3º, §2º, VII da Portaria 615/2024)
- Proibição de facilitação de crédito (art. 3º, §4º, III Portaria 615/2024)



**DIREITOS DOS
CONSUMIDORES-APOSTADORES
E AS BETS:** além do jogo

 **Período de Inscrições: 15/09 a 20/10**
Realização do Curso: 27/10 a 01/12

INSCREVA-SE NO CURSO DA **ENDC**

 SECRETARIA DE
PREMIOS E APOSTAS

 MINISTÉRIO DA
FAZENDA

 SECRETARIA NACIONAL
DO CONSUMIDOR

 MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

 BRASIL
GOVERNO DO

 Cursos gratuitos
e certificados
pela UnB!



<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/escola-nacional-endc/cursos-endc>

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Módulo 1: O que são apostas de quota fixa, histórico, e como funciona este mercado?

Módulo 2: Navegando no ambiente .bet.br – Seus direitos

Módulo 3: Navegando no ambiente .bet.br – O jogo responsável

Módulo 4: Navegando no ambiente .bet.br - Sua saúde mental

Módulo 5: Navegando no ambiente .bet.br - Sua saúde financeira

SECRETARIA DE
PRÊMIOS E APOSTAS

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Relatório Final do GT de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de danos do Jogo Problemático



- AÇÃO 1 - Elaboração de modelo de autoteste da saúde padronizado
- **AÇÃO 2 – Plataforma de Autoexclusão Centralizada**
- AÇÃO 3 - Qualificação dos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para Acolhimento e cuidado de pessoas com problemas relacionados às apostas
- AÇÃO 4 - Estabelecimento de Diretrizes Mínimas de Atendimento ao Apostador, com ênfase na Saúde
- AÇÃO 5 - Elaboração de Materiais Educativos sobre Integridade Esportiva e Prevenção à Manipulação de Resultados em Apostas Esportivas, voltados a atletas
- AÇÃO 6 - Campanha de Comunicação Institucional.
- AÇÃO 7 - Criação de Comitê Permanente de Prevenção e Redução de Danos Relacionados a Aposta de Quota Fixa e Cuidados em Saúde Mental.

➤ **AÇÃO 2 – Plataforma de Autoexclusão Centralizada**

- ❖ **Portaria SPA/MF n.2.579, de 07/11/2025.**
- ❖ **Instrução Normativa SPA/MF n.31, de 07/11/2025.**

SECRETARIA DE
PRÊMIOS E APOSTAS

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



OBRIGADA!

Contato: cgjr.spa@fazenda.gov.br

Tel: 3412 1920